
Reunião Ordinária – Ata nº 03/2012

Data – 2012-02-06

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 15.45 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Falta: Não esteve presente na reunião, o vereador, Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês.



Resumo Diário da Tesouraria de 03-02-2012:

a) Dotações Orçamentais €1.130.133,85

b) Dotações não Orçamentais €135.233,98

Total das Disponibilidades €1.265.367,83



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por informar sobre a conclusão das obras dos centros escolares de Alferrarede, Bemposta, Rio de Moinhos e Tramagal e referiu que tudo aponta para que a mudança para essas escolas seja feita durante a interrupção do Carnaval.

Explicou também que as escolas de Alferrarede Velha e Casais de Revelhos só transitarão no início do próximo ano letivo.

O vereador António Belém Coelho referiu que o Presidente da Junta de Freguesia de Alferrarede, no último Conselho Geral, solicitou informações sobre a abertura dos centros escolares ao que a senhora Presidente transmitiu que a mudança só seria efetuada no início do próximo ano letivo. O vereador questionou se tinha havido alguma inversão relativamente a esta matéria e manifestou a sua apreensão pelo facto da mensagem que passou ao Presidente da Junta, já não ser a mesma que tinha sido expressa anteriormente.

A Presidente da Câmara explicou que se trata de concursos públicos urgentes e como tal, os prazos têm de ser cumpridos e que foi essa a garantia dada pelos respetivos empreiteiros. Explicou também, que conversaram com os agrupamentos de escolas e chegaram à conclusão que, estando as escolas prontas a funcionar, não fazia sentido as mesmas estarem fechadas até setembro, e que nessa altura, far-se-á então a junção das outras escolas.

O vereador António Belém Coelho disse que os vereadores do PSD são de opinião que, desde que o investimento esteja concluído, quanto mais cedo possa ser utilizado melhor.

A Presidente da Câmara explicou ainda, que a transição das escolas terá de ser feita em articulação com as juntas de freguesia, pelo que a seu tempo, os Presidentes de Junta serão contactados para o efeito.



No seguimento da reunião tida no passado dia 1 de fevereiro com o diretor da Robert Bosh Travões, a Presidente da Câmara informou que o Grupo Bosh planeia vender o seu negócio Foundation brakes (FBHN) à recém-formada filial da KPS Capital Partners, empresa com sede em Nova Iorque, EUA.

O negócio terá a sua conclusão na primavera de 2012, aquando da conclusão de processo de separação do negócio de Foundation Brakes para a Foundation Brakes Holding (FBHN) e das suas subsidiárias regionais.

Tomado conhecimento.

A Presidente da Câmara, distribuiu pelos elementos do órgão executivo, uma cópia de um artigo da revista "invest", sobre a avaliação das 25 melhores empresas do Distrito de Santarém, e onde vêm mencionadas empresas sedeadas no concelho de Abrantes. Em 1º lugar, aparece a Tejo Energia – Produção e Distribuição de Energia Elétrica, S.A., depois em 4º lugar, a Mitsubishi Fuso Truck Europe – Sociedade Europeia Automóveis, S.A., em 7º lugar, a Silicália Portugal – Industria e Comércio de Aglomerados de Pedra, S.A. e em 19º lugar, a Geofer – Produção e Comercialização de Bens e Equipamentos, S.A..

Tomado conhecimento.



Informou que a Praia Fluvial de Aldeia do Mato, em Abrantes, foi selecionada entre as 296 candidatas às "7 Maravilhas – Praias de Portugal", na sequência da candidatura formalizada pela Câmara Municipal, à categoria de Praias de Albufeiras e Lagoas.

Referiu que as 70 praias pré-finalistas, eleitas por 70 especialistas, serão conhecidas a 27 de fevereiro, tendo em conta vários critérios. Posteriormente, um painel de 21 personalidades notáveis irá selecionar as 21 finalistas para votação pública, que irá decorrer de 7 de maio a 7 de setembro de 2012, por SMS, chamada telefónica, internet e facebook.

As candidatas a "7 Maravilhas – Praias de Portugal", são organizadas em 7 categorias e as 7 vencedoras serão apuradas pelo maior número de votos, uma por categoria, não podendo ser eleitas mais do que duas maravilhas por região.

As "7 Maravilhas – Praias de Portugal", serão reveladas em direto na RTP1 a 8 de setembro de 2012.



Deu conhecimento do plano de atividades e orçamento para o ano de 2012 da Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, no âmbito dos projetos inovadores de revitalização do mundo rural.

Informou também que hoje, após a realização da Assembleia Geral da Tagus, serão assinados os contratos de financiamento com um conjunto de empresas, no valor total de 5 milhões de euros, com uma comparticipação de 3 milhões de euros e que com esse investimento irão ser criados mais de 50 postos de trabalho.

Fez referência aos dois projetos que neste momento a Tagus se encontra envolvida, um diz respeito à ampliação da rede para o empreendedorismo, que é um projeto supramunicipal com a Comunidade Intermunicipal do Tejo e um conjunto de instituições do Distrito de Santarém e o outro referente à promoção da Praça de Sabores.

Fez igualmente referência a um reforço de eficiência do PRODER em aproximadamente 1 milhão e meio de euros, que irão reverter em mais projetos para os concelhos de Abrantes, Constância e Sardoal.



Deu também conhecimento da informação nº 20 dos Bombeiros Municipais de Abrantes, datada de 2 de fevereiro de 2012, referindo que foi concedida uma bolsa de estudo pela

Fundação Rei Balduino através da Liga dos Bombeiros Portugueses, a Manuel Filipe Serrano, filho do falecido funcionário do Município de Abrantes, Bombeiro Profissional de 2ª, Álvaro Augusto Rodrigues Serrano.

Tomado conhecimento.



A propósito da comemoração dos 70 anos do Município de Hitoyoshi, a Presidente da Câmara informou que foi endereçado convite à Câmara Municipal, para estar presente na cerimónia que se irá realizar no próximo dia 11 de Fevereiro.

Assim, e porque se considera poder ser esta uma oportunidade para encetar contactos institucionais que permitam a promoção dos produtos locais, a comitiva que se deslocará a Hitoyoshi, integrará também o Presidente da TAGUS, associação que tem trabalhado em estreita articulação com a Câmara nesta matéria.

Foi proposto a Hitoyoshi que no decorrer da cerimónia pudesse ser realizada ação de divulgação dos produtos locais tendo sido igualmente solicitada a organização e reuniões com empresários locais de forma a aproveitar também esta oportunidade para o estabelecimento de contactos que possam potenciar no futuro o estabelecimento de um "ponto de venda" nesta cidade.

Paralelamente, e aproveitando a passagem por Tóquio, no dia 13 de Fevereiro encontra-se calendarizada uma reunião com o Embaixador de Portugal no Japão, através da qual se procurará também angariar apoio institucional para o estabelecimento de um ponto de venda dos produtos regionais, nomeadamente através do Centro Cultural que existe nesta cidade.

No dia 14 de fevereiro encontra-se marcada visita à Fábrica da Mitsubishi em Kawasaki, procurando dessa forma fortalecer as relações com esta empresa, cuja fábrica no Tramagal constitui um fator estruturante do desenvolvimento económico do concelho.

Tomado conhecimento.



Informou também que no próximo dia 23 de fevereiro, pelas 18 horas, no auditório da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, será assinado com as 15 IPSS do concelho, o protocolo para fornecimento de refeições sociais.

A propósito deste assunto, aproveitou para fazer referência à proposta dos vereadores do PSD, apreciada na reunião de 2 de maio de 2011, acerca da campanha de direito à alimentação e salientou, que esta proposta de fornecimento de refeições, nada tem a ver com a que foi apresentada pelos senhores vereadores, em que, o que pretendiam era a recolha de refeições sobrantes nos restaurantes, com base numa iniciativa lançada pelo Presidente da República.

Referiu que de facto o que esta Câmara pretende fazer com este projeto, não é fornecer refeições indiscriminadamente a todas as famílias carenciadas, mas sim, criar condições para situações de flagelo social, até porque, a Câmara Municipal não se pretende substituir às responsabilidades da Segurança Social.

De acordo com a informação que prestou na altura, não se tratou de recusar uma proposta, mas de que, o assunto estava em avaliação no âmbito do Conselho Local de Ação Social, no qual se tinha formado um grupo de trabalho para avaliar esta carência no concelho.

Acrescentou ainda que existia uma proposta de uma IPSS no sentido da criação de uma cozinha social e que a mesma tinha solicitado informações à Segurança Social, quanto ao número de cidadãos a necessitar desta resposta.

O mesmo pedido foi feito por parte da Rede Social, não havendo resposta até ao momento.

Na ausência de números, de forma a rentabilizar os recursos já existentes no concelho e porque se pretendia acautelar possíveis situações de urgência, este seria o melhor modelo a implementar no concelho.

De salientar também que as Comissões Sociais de Freguesia, numa perspetiva de proximidade, já desenvolvem o seu trabalho acautelando estas situações de carência.



Nº 38 - A Presidente da Câmara apresentou uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 2 de fevereiro de 2012, acerca do pedido de Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes ao licenciamento de ocupação de espaço público municipal com duas bancas, para a venda de brindes, nos dias 9 a 10 de fevereiro de 2012. - 60761

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no Artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 5,44€ (cinco euros e quarenta e quatro centimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 39 - Apresentou igualmente uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 3 de fevereiro de 2012, acerca do pedido do CRIA – Centro de Recuperação Integração de Abrantes, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do auditório do edifício pirâmide no dia 9 de fevereiro de 2012, entre as 10 e as 12 horas, para a realização de uma ação de sensibilização sobre "Violência Doméstica". - 60708

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no Artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

CL
AST

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 50,50€ (cinquenta euros e cinquenta cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

A Presidente da Câmara aproveitou para informar que no próximo dia 8 de fevereiro, o CRIA em parceria com os Azeites "Gallo" e a SAOV, irá proceder à plantação de oliveiras em terrenos pertencentes à sua instituição, com o objetivo de gerar mais uma fonte de rendimento, onde também irá estar presente, com a senhora vereadora da Educação e Ação Social, Celeste Simão.



Nº 40 - A Presidente da Câmara apresentou ainda, a informação nº 33 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 6 de fevereiro de 2012, a remeter para aprovação, o Projeto Base de Arquitetura e de Segurança Contra Incêndios em Edifícios para "Construção do Centro Escolar da Encosta Sul - Abrantes".

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no Artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o Projeto Base de Arquitetura e de Segurança Contra Incêndios em Edifícios para "Construção do Centro Escolar da Encosta Sul - Abrantes", nos termos e com os condicionamentos, na referida informação nº 33 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

O vereador António Belém Coelho, questionou sobre o encerramento da Escola Primária nº 2 de Abrantes.

A Presidente da Câmara explicou que foi feita uma avaliação na referida escola e que a nível infraestrutural apresenta algumas debilidades que têm que ser corrigidas.

Salientou ainda que com a abertura dos novos centros escolares, a oferta educativa aumenta, logo é muito possível que o número de alunos que frequentam as escolas da cidade seja alterado. Assim do ponto de vista financeiro torna-se mais vantajoso aumentar duas salas de aula no centro escolar da encosta sul, em vez de recuperar a escola n.º 2 de Abrantes.

O vereador António Belém Coelho questionou se existe algum futuro para aquele espaço.

A Presidente da Câmara disse que existem várias hipóteses, mas só após a sua recuperação, é que se poderá decidir qual a melhor utilização a dar.

ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
59754	Casa do Povo de Rio de Moinhos	Realização de um baile de carnaval	18.02.2012	<ul style="list-style-type: none">Licenciamento de ruídoRecinto improvisadoServiço restauração e bebidas ocasionais	79,92€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão de Administrativa e de Modernização, datada de 26 de janeiro de 2012, acerca do pedido dispensa do pagamento das taxas, correspondentes à emissão de alvará de licenciamento de obras de construção de um Lar de Idosos, na Rua António Prior do Crato, em Abrantes, requerido por Centro Social Interparoquial de Abrantes. – 34069

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 27.309,05€ (vinte e sete mil trezentos e nove euros e cinco cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

01
201

Nº 3 - Proposta de Deliberação dos Vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, intitulada "Jornais e Rádios Locais – Contratos de Publicidade", que se anexa à presente ata, propondo o seguinte: - 60366

"Pelo exposto, e porque nos parece que a presente contratação enferma de graves irregularidades e/ou ilícitos, os vereadores eleitos pelo PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

O processo deverá ser enviado ao Ministério Público para investigação e à Inspeção-geral da Administração Local para averiguação.

Mais propõem que seja paga à Rádio Tágide a diferença relativa ao contrato com a Antena Livre, tendo em conta que lhe foi garantido pela senhora presidente da câmara que os contratos com as duas rádios seriam absolutamente iguais."

Deliberação: a proposta foi rejeitada com os votos da Presidente da Câmara, dos vereadores em funções, Rui Serrano, Celeste Simão e Manuel Valamatos.

A Presidente da Câmara apresentou uma declaração de voto, que por ser extensa, se anexa à presente ata e se dá por transcrita.



Divisão Jurídica

Nº 4 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação do Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, datada de 20 de janeiro de 2012, que remete, para aprovação, o processo respeitante ao concurso público para a cedência de exploração dos bares 1 e 2 da piscina municipal da cidade desportiva, em Abrantes, constituído por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do referido concurso. - 59410

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o referido processo composto por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do Concurso.

Aos respetivos serviços para procederem ao desenvolvimento do concurso público e à publicitação do edital, conforme sugerido na referida informação.



Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 30 de janeiro de 2012, a aprovar a minuta do contrato de fornecimento de mobiliário para as escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho de Abrantes, designadamente, centros escolares de Rio de Moinhos, Bemposta, Tramagal e Alferrarede, a celebrar entre o Município de Abrantes e Pinofil – Pinho Noites & Filhos, Lda., no valor de 32.382,30€ (trinta e dois mil trezentos e oitenta e dois euros e trinta centimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 57937

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação da Presidente da Câmara



Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 30 de janeiro de 2012, a aprovar a minuta do contrato de fornecimento de mobiliário para as escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho de Abrantes, designadamente, centros escolares de Rio de Moinhos, Bemposta, Tramagal e Alferrarede, a celebrar entre o Município de Abrantes e MLM – Mobiliário, Lda., no valor de 24.578,00€ (vinte e quatro mil quinhentos e setenta e oito euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 57938

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação da Presidente da Câmara



Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 27 de janeiro de 2012, a aprovar a minuta do contrato de fornecimento de mobiliário para as escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho de Abrantes, designadamente, centros escolares de Rio de Moinhos, Bemposta, Tramagal e Alferrarede, a celebrar entre o Município de Abrantes e Equipex – Equipamento e Mobiliário Escolar, Lda., no valor de 21.349,26€ (vinte e um mil trezentos e quarenta e nove euros e vinte e seis centavos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 57939

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação da Presidente da Câmara



Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 30 de janeiro de 2012, a aprovar a minuta do contrato de fornecimento de mobiliário para as escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho de Abrantes, designadamente, centros escolares de Rio de Moinhos, Bemposta, Tramagal e Alferrarede, a celebrar entre o Município de Abrantes e Naxol – Comércio de Equipamentos para Escritório, Lda., no valor de 41.823,93€ (quarenta e um mil oitocentos e vinte e três euros e noventa e três centavos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 59982

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação da Presidente da Câmara



Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo de novo para aprovação, a minuta do contrato de locação de infraestruturas e equipamentos destinados à produção de eletricidade, já aprovada na reunião de câmara de 12 de dezembro de 2011, a celebrar entre o Município de Abrantes e o Consórcio Eneólica – Hidropower, atendendo a que foi solicitada a inclusão de uma nova cláusula de sublocação, no texto contratado - 52746

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, datada de 1 de fevereiro de 2012, acerca da alienação de parcela de terreno a Mitsubishi Fuso Truck Europe – Sociedade Europeia de Automóveis, S.A., o qual sugere, a manutenção da venda deliberada em 9/9/2008, ao preço de 0,50€/ m2, com as seguintes especificidades: - 60890

- a) A área a alienar é de 49.070 m2;
- b) Deve ser mantido imediatamente contíguo a sul do terreno a alienar um acesso em terra batida, com largura de 4 m que possibilite o acesso a prédio vizinho a poente. A abertura do acesso fica a cargo de Mitsubischi;
- c) Há lugar a reversão do terreno pelo valor de alienação, caso a Empresa o não aplique no âmbito do investimento subjacente aos objetivos acima estimados, aplicando-se com as necessárias adaptações os artigos 15º a 18º e 29.1 a 31.2 do Regulamento de venda e aquisição de lotes industriais, designadamente no que concerne ao cômputo dos prazos.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a manutenção da venda de terreno, deliberada em 9/9/2008, à Mitsubishi Fuso Truck Europe – Sociedade Europeia de Automóveis, S.A., nos termos da referida informação do Diretor de Departamento de Administração e Finanças. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

O vereador António Belém Coelho referiu que, segundo a imprensa japonesa de ontem, a MITSUBISHI poderá abandonar a produção na Europa até ao final deste ano, os vereadores eleitos pelo PSD gostariam de saber se a senhora Presidente tem alguma informação ou garantia sobre a situação da empresa no Tramagal.

A Presidente da Câmara disse não ter qualquer informação a esse respeito, de qualquer modo fica acautelada a reversão do terreno.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação do Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, datada de 2 de fevereiro de 2012, a solicitar que se certifique em como não há inconveniente sob o ponto de vista legal a desanexação da parcela de terreno, com a área de 24.450 m2, do prédio descrito sob o número 43.539, a fls. 109, do Lv. B-110, sita na Encosta Sul, na freguesia de S. João, Concelho de Abrantes, para construção do centro escolar da encosta sul.

Solicita igualmente que se certifique que da presente autorização de desanexação não resulta para o prédio originário qualquer ónus de não fracionamento, ao abrigo do artigo 6º do DL 555/99, de 16/12 na atual redação. - 36528

Deliberação: Por unanimidade, certificar que não há inconveniente sob o ponto de vista legal a desanexação da parcela de terreno, com a área de 24.450 m2, do prédio descrito sob o número 43.539, a fls. 109, do Lv. B-110, sita na Encosta Sul, na freguesia de S. João, Concelho de Abrantes, para construção do centro escolar da encosta sul.

Certificar igualmente, que da presente autorização de desanexação não resulta para o prédio originário qualquer ónus de não fracionamento, ao abrigo do artigo 6º do DL 555/99, de 16/12 na atual redação.

Ao Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, para proceder em conformidade.



Divisão Financeira

Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços para "Reparação da Varredora RAVO 540". - 55122

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, para aquisição de serviços para "Reparação da Varredora RAVO 540".

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços de aluguer de stands, com vista à realização da Mostra de Produtos Regionais, inserida na Feira de S. Matias. - 58769

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, para aquisição de serviços de aluguer de stands, com vista à realização da Mostra de Produtos Regionais inserida, na Feira de S. Matias.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços de aluguer de equipamento de som (PA), com vista à realização da Mostra de Produtos Regionais inserida na Feira de S. Matias. - 58769

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, para aquisição de serviços de aluguer de equipamento de som (PA), com vista à realização da Mostra de Produtos Regionais inserida na Feira de S. Matias.

21
201

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços para a "Edição do Boletim Municipal". – 41676

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, aprovar o referido parecer, para aquisição de serviços para a "Edição do Boletim Municipal".

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

Os vereadores do PSD, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"O desperdício de mais 18.000,00€ (dezoito mil euros) em pura propaganda política é um insulto e uma afronta a todos os munícipes, num momento em que o povo português passa por extremas dificuldades, vê reduzido ao mínimo os seus direitos e é sistematicamente sobrecarregado com impostos e taxas pelo poder político, designadamente, pela Câmara de Abrantes.

E este desperdício é ainda mais chocante quando é certo que a câmara já gasta mais de 40.000,00€ (quarenta mil euros) em propaganda política de teor idêntico com os contratos de publicidade com as duas rádios e dois jornais locais.

Basta ter em conta que a quantia destinada pela Câmara ao Banco Social era de apenas 50.000,00€ (cinquenta mil euros), ou seja, muito inferior aos 58.000,00€ (cinquenta e oito mil euros) que se propõe gastar neste tipo de propaganda absolutamente inútil.

No entanto, isto só vem comprovar o que já toda a gente sabe, ou seja, que os socialistas, mesmo em momentos de crise, são muito mais generosos a alimentar o seu ego do que a alimentar quem precisa.

Pelo exposto, os vereadores eleitos do PSD não podem deixar de votar contra a presente deliberação."

A Presidente da Câmara esclareceu que a autarquia está a fazer um esforço de contenção e a prova disso, são as alterações que foram implementadas, designadamente ao nível da periodicidade e da gramagem do papel. No entanto, não querem deixar de ter este veículo para chegar à comunidade.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 27 de janeiro de 2012, que aprovou o parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, referente à aquisição de serviços para a "Manutenção de Hardware". – 56097

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 1 de fevereiro de 2012, que aprovou o parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, referente à aquisição de serviços para a "Reparação e manutenção da autoescada dos Bombeiros Municipais". – 55943

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 1 de fevereiro de 2012, que aprovou o parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, referente à aquisição de serviços para a "Aquisição e Manutenção de Licenciamento de Software Microsoft". – 56094

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.

O vereador Belém Coelho referiu que as escolas receberam recentemente um programa de software gratuito e questionou se o mesmo era possível a nível autárquico.

A Presidente da Câmara explicou que já está a ser desenvolvido trabalho nesse sentido. No entanto, a esta altura, não é possível fazê-lo, porque existe um conjunto de investimentos que estão ser feitos, nomeadamente de apoio à gestão, que têm por base os produtos da Microsoft. O que se está a tentar fazer, é criar condições para passar o mais possível para uma fase de disponibilização em fonte aberta.

Referiu que pretendem cada vez mais libertarem-se desse tipo de encargos que são numerosos, mas que têm de ser feitos a seu tempo.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 01 de fevereiro de 2012, que aprovou o parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, referente à aquisição de serviços para a realização de espetáculo musical com a artista "Mafalda Arnauth". – 57756

21
201

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação nº 14/JA/2012 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 31 de janeiro de 2012, que remete para aprovação, as normas de participação do Festival de Gastronomia "Sabores do Tejo - Abrantes", a realizar durante todo o mês de março de 2012. - 60739

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as referidas normas, nos termos da informação nº 14/JA/2012 da Divisão de Cultura e Turismo.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 21 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, na sequência de uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, acerca do pedido de isenção de taxas devidas pela deslocação e permanência de uma ambulância e respetiva equipa, no dia 5 de fevereiro de 2012, das 12 às 18,00 horas, no âmbito da realização do "2º Rali do Pego - Rali Rota do Petisco", em Pego, Abrantes, requerido por Clube Aventura e Motorizado do Pego. - 57726.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 330,00€ (trezentos e trinta euros), pela realização do "2º Rali do Pego - Rali Rota do Petisco", em Pego, Abrantes, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 30 de janeiro de 2012, a aprovar o pedido de isenção de taxas, no valor de 117,38€ (cento e dezassete euros e trinta e oito centavos), pela cedência do auditório de Estádio Municipal de Abrantes, no passado dia 14 de janeiro, para a realização de uma Ação de Formação sobre o "Programa Juventude em Ação", levado a efeito por FAJUDIS - Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém, em parceria com a

Agência Nacional para a Gestão do Programa e com o apoio do Instituto Português da Juventude e do Município de Abrantes. – 57554

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Abrantes e a Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno, para a realização da iniciativa designada por "Etapa 1 SuperJovem - Pentatlo Moderno", no valor 500,00€ (quinhentos euros). – 58007

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Manutenção e Transportes

Nº 24 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, respeitante à informação nº 12 da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 31 de janeiro de 2012, acerca do pedido da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, a solicitar a cedência gratuita do autocarro municipal, para transportar 25 pessoas de Abrantes para o aeroporto de Lisboa, no próximo dia 17 de fevereiro e vice-versa no dia 20 de Fevereiro, no âmbito de uma visita de estudo a Londres.

Mais informa que o valor total das duas deslocações é de 236,46€ (duzentos e trinta e seis euros e quarenta e seis cêntimos) – 58631

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a cedência do autocarro municipal para a realização das 2 viagens, Abrantes/aeroporto de Lisboa e vice-versa, a título gratuito.

À Divisão de Manutenção e Transportes, para proceder em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 25 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou a informação nº 05/12/EC da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 20 de janeiro de 2012, na sequência do pedido de esclarecimentos dos vereadores do PSD, na reunião de 9 de janeiro de 2012, acerca do edifício em ruínas, sito na Travessa dos Oleiros, em Abrantes. - 57719

Tomado conhecimento.



Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara respeitante à informação nº 02/12/EC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 17 de janeiro de 2012, relativamente à Urbanização de Santa Luzia, em Abrantes, em nome de Construções Jorge Ferreira Dias, Lda.. - 1448/98

O Vereador Santana-Maia Leonardo não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do Artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Deliberação: Por unanimidade, acionar a garantia bancária, que caucionava a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 84º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, nos termos da referida informação nº 02/12/EC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 27 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara respeitante à informação nº 06/EC/2012 da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 2 de fevereiro de 2012, que remete para aprovação, proposta de alteração oficiosa ao loteamento com o alvará nº 11/99, no âmbito do disposto no artigo 27º do RJUE, decorrente do programa de "Promoção de habitação a custos controlados", para os lotes 38 e 42 - alteração de tipologias e ajustes nos projetos, em Rossio ao Sul do Tejo. - 60872

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração oficiosa ao loteamento com o alvará nº 11/99, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 28 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara na sequência da informação nº 12/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 20 de janeiro de 2012, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, no local "Casal do Carvalho", freguesia de Vale das Mós, concelho de Abrantes, com a área de 3 Ha, requerido por José Carlos Pinheiro Bairrão - 58417

Deliberação: Por unanimidade, licenciar a ação de modelação do solo, conforme solicitado por Portucel Soporcel Florestal, S.A. e nos termos da referida informação nº 12/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência do interessado, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 29 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara na sequência da informação nº 11/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 20 de janeiro de 2012, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de medronheiros, no local "Covas", artigo 6 secção AQ, freguesia de Fontes, concelho de Abrantes, com a área de 76 Ha, requerido por Manuel da Conceição dos Santos - 58455

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável às ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, ao abrigo do artigo 1 alínea a) e b) do Decreto-Lei nº 139/89.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência do interessado, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 30 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara na sequência da informação nº 17/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 1 de fevereiro de 2012, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, no local "Peso", freguesia de Bemposta, concelho de Abrantes, com a área de 30 Ha, requerido por Portucel Soporcel Florestal, S.A. - 57508

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável para ação de modelação do solo, considerando que a área pretendida está em contínuo com as outras plantações, nos termos da referida informação nº 17/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.

Nº 31 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 32 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara referente à informação nº24 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 25 de janeiro de 2012, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Aquapolis - Margem Sul - 2ª Fase - Parque Ribeirinho de Abrantes", adjudicada à sociedade Construções José Coutinho, S.A., para efeitos de receção provisória.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 33 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara referente à informação nº26 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 27 de janeiro de 2012, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Construção do Arruamento envolvente à Escola Básica 2,3 D. Miguel de Almeida e Beneficiação do troço da Rua Dr. António Bandos", adjudicada à sociedade Tecnorém - Engenharia e Construções S.A., para efeitos de receção provisória.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 34 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação nº 23 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 24 de janeiro de 2012, a dar conta que José Manuel da Silva Fidalgo, adjudicatário da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Bemposta", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiros em obra e referindo que cumprem com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada de subempreiteiros em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida informação nº 23 da Divisão de projetos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro.

À Divisão de Projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 35 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à informação nº 30 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 31 de janeiro de 2012, que remete para aprovação, a proposta de decisão, bem como o respetivo processo de procedimento, referente à empreitada de "Remodelação do Edifício do INOV.POINT – CIIDE para instalação do LINE.IPT, Laboratórios de Inovação Industrial e Empresarial no Tecnopolo – Abrantes".

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de decisão e respetivo processo de procedimento, referente à empreitada de "Remodelação do Edifício do INOV.POINT – CIIDE para instalação do LINE.IPT, Laboratórios de Inovação Industrial e Empresarial no Tecnopolo – Abrantes", nos termos da referida informação nº 30 da Divisão de Projetos e Empreitadas, que se dá por transcrita.

À Divisão de Projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 36 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à informação nº 32 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 2 de fevereiro de 2012, que remete para aprovação, o projeto base de arquitetura, para "Habitação a Custos Controlados – Lotes 38 e 42 – Rossio ao Sul do Tejo – Abrantes".

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o projeto base de arquitetura, para "Habitação a Custos Controlados – Lotes 38 e 42 – Rossio ao Sul do Tejo – Abrantes", de acordo com a referida informação nº 32 da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 37 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, informação técnica de 18 de janeiro de 2012 acerca do alcance das alterações no Projeto do MIAA – Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes, constando em anexo Programa Museológico do Prof. Fernando António Batista Pereira.

Informação jurídica de 18 de janeiro de 2012 justificativa da escolha do procedimento concursal.

Pedido de Parecer Prévio ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado de 2012.

Ata da reunião de -06- de Fevereiro de 2012

cl
ABT

Informação técnica n.º 19 de 18 de janeiro de 2012 relativa à aquisição de serviços para a elaboração do MIAA - Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes - Fase 1 - Projeto de Alterações para a Recuperação do Convento de S. Domingos.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a informação técnica de 18 de janeiro de 2012 acerca do alcance das alterações no Projeto do MIAA - Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes, constando em anexo Programa Museológico do Prof. Fernando António Batista Pereira.

Aprovar igualmente, a informação jurídica de 18 de janeiro de 2012 justificativa da escolha do procedimento concursal.

Aprovar também o pedido de parecer prévio ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado de 2012 e a informação técnica n.º 19 de 18 de janeiro de 2012, relativa à aquisição de serviços para a elaboração do MIAA - Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes - Fase 1 - Projeto de Alterações para a Recuperação do Convento de S. Domingos, para efeitos da abertura do procedimento concursal, que ora se autoriza, por ajuste direto nos termos da alínea e) do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Os vereadores do PSD apresentaram declaração de voto do seguinte teor:

"A Câmara gastou inutilmente tempo, muito dinheiro e energias para finalmente acabar, mais uma vez, por adotar a solução que os candidatos e vereadores eleitos pelo PSD sempre defenderam e pelo qual foram tão criticados pelos socialistas. Ou seja, a instalação do Museu Ibérico no Convento de S. Domingos.

Trata-se da solução ideal e da solução sensata, uma vez que consegue juntar o útil ao agradável, ao contrário da solução bizarra, sobretudo do ponto de vista da sustentabilidade económica, defendida pelos socialistas.

Por um lado, dá ao Convento um destino nobre; por outro, a despesa com a sua recuperação e remodelação sempre se teria de realizar, mais tarde ou mais cedo, para preservação do património histórico.

Esperamos, no entanto, que o tempo e o dinheiro inutilmente perdido e gasto pelo executivo socialista num projeto megalómano, financeiramente inviável e economicamente insustentável não tenham hipotecado de vez a oportunidade única de proceder à recuperação e remodelação do Convento de S. Domingos.

Quanto à alegada segunda fase da construção do museu, respeitante à construção da torre, toda a gente sabe que a mesma só já se mantém no projeto para os socialistas salvarem a face e evitarem ter de dar, publicamente, razão aos vereadores eleitos pelo PSD, reconhecendo o óbvio, ou seja, que a torre vai ser construída no dia de S. Nunca à tarde.

Pelo exposto, os vereadores eleitos do PSD não podem deixar de votar favoravelmente a presente deliberação, uma vez que esta foi sempre a solução por nós defendida."

□□□

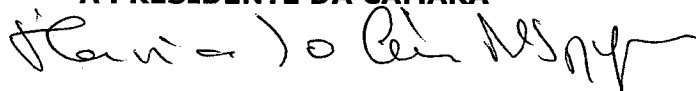
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos.

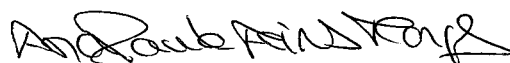
De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A ASSISTENTE TÉCNICA



JORNAIS E RÁDIOS LOCAIS - CONTRATOS DE PUBLICIDADE

Proposta

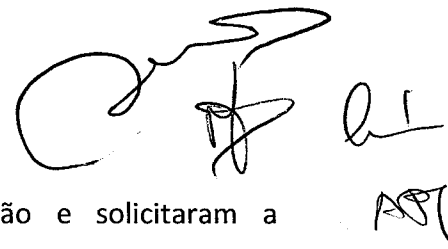
23 de Janeiro de 2012

No passado dia 28 de Novembro de 2011, por proposta da senhora presidente da câmara e com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, a Câmara deliberou aprovar contratos de prestação de serviços de publicidade com: (I) Jornal de Abrantes, no valor de 7.200,00€ (sete mil e duzentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; (II) Jornal "A Barca", no valor de 5.760,00€ (cinco mil setecentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; (III) Rádio Tágide, no valor de 7.560,00€ (sete mil quinhentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; (IV) Rádio Antena Livre, no valor de 11.232,00€ (onze mil duzentos e trinta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Os vereadores eleitos pelo PSD, como deixaram expresso na sua declaração de voto, aceitam, obviamente, que a Câmara contrate com jornais e rádios locais a divulgação da sua publicidade institucional, desde que a contratação se reja por critérios objectivos, designadamente, periodicidade e melhor preço.

Aceitam ainda, como também deixaram expresso na sua declaração de voto, a contratação de publicidade com jornais e rádios locais, por forma permitir a sua sobrevivência, desde que (I) os mesmos não sejam detidos por grandes grupos económicos ou médias empresas com fins lucrativos, (II) o critério seja equitativo e (III) os jornais e rádios cumpram os critérios mínimos de serviço público exigíveis num Estado de Direito democrático, o que significa ser um garante da liberdade de expressão e de informação, dando voz, consequentemente, à pluralidade de posições e opiniões que caracterizam a sociedade abrantina e que estão reflectidas, aliás, nos diferentes órgãos autárquicos.

Acontece que os contratos de serviço de publicidade propostos pela senhora presidente da câmara não cumpriam qualquer destes critérios, razão por que os



vereadores eleitos pelo PSD votaram contra tal deliberação e solicitaram a documentação que foi entregue pela senhora presidente na última reunião: ofícios da câmara às rádios e jornais locais a convidá-los para apresentarem uma proposta de contrato de publicidade por um ano; as propostas apresentadas pelas rádios e jornais locais; os contratos de publicidade celebrados.

Acontece que, da análise da documentação apresentada, a contratação nos termos em que foi aprovada parece-nos conter graves irregularidades e/ou ilícitos.

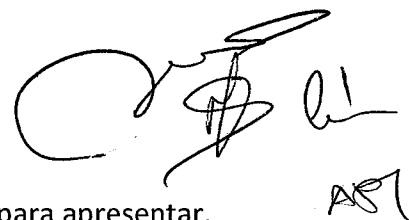
Em primeiro lugar, a proposta de deliberação foi aprovada na reunião da câmara de 28 de Novembro de 2011, quando os contratos foram celebrados em 11 de Outubro de 2010, tendo os mesmos sido renovados em 11 de Setembro de 2011 (cláusula 3ª dos contratos).

Ora, se os contratos foram celebrados em 11 de Outubro de 2010 e se se renovaram, por força da cláusula terceira, no dia 11 de Setembro de 2011, que sentido faz submetê-los a aprovação da câmara em 28 de Novembro de 2011?

Das duas uma: ou os contratos requeriam aprovação em reunião de Câmara e, nesse caso, deveriam ter sido aprovados antes da sua entrada em vigor, ou não necessitavam de ser aprovados em reunião da câmara pelo que sua aprovação, 13 meses após terem sido celebrados e quase três meses após a sua renovação, tem de ser entendida, forçosamente, como um desrespeito, sobretudo, pelos vereadores que votam de cruz.

Em segundo lugar, ao contrário do que julgámos quando a proposta foi apresentada, não estamos perante uma contratação destinada à divulgação de publicidade institucional, a qual, pelos vistos, é paga à parte, mas ao financiamento dos meios de comunicação social do Grupo Lena no montante de 18.432,00€, funcionando o jornal A Barca (5.760,00€) e a Rádio Tágide (7.560,00€) apenas como capa para disfarçar o financiamento.

Tanto assim que, ao contrário do que informou a senhora presidente, a diferença de preço entre os contratos com a Rádio Antena Livre e a Rádio Tágide não se deveu a qualquer diferença nas propostas apresentadas pelas duas rádios, até porque a Rádio



Tágide não apresentou qualquer proposta, nem a Câmara lhe pediu para apresentar.

Pelo contrário, o contrato foi elaborado pela Câmara e apresentado à Rádio Tágide com a garantia de que as duas rádios iriam receber o mesmo, tendo a Rádio Tágide assinado o contrato nessa convicção.

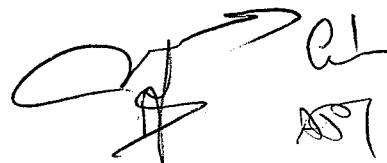
Refira-se que os vereadores eleitos pelo PSD, no seguimento da deliberação que aprovou os referidos contratos de publicidade, enviaram, no dia 13/12/2011, um mail à Rádio Tágide (DOC.1) em que solicitavam as seguintes informações:

«Em nome dos vereadores da Câmara Municipal de Abrantes eleitos pelo PSD, vinha solicitar-lhe as seguintes informações, no seguimento da proposta para aprovação dos contratos de publicidade com a Rádio Antena Livre e a Rádio Tágide, apresentada pela senhora presidente da câmara na reunião de 28/11/2011:

(I) Se o contrato de publicidade com a Rádio Tágide no valor de 7.560,00€, corresponde à proposta apresentada pela Rádio Tágide à senhora presidente da câmara (ou a quem estivesse mandatado para tratar deste assunto).; (II) Em caso afirmativo, em que consistia o serviço de publicidade solicitado à Rádio Tágide e se tem conhecimento se o serviço solicitado à Antena Livre foi idêntico (gostaríamos de perceber, designadamente, por que razão a proposta apresentada pela v/ Rádio foi substancialmente mais baixa do que a apresentada pela Antena Livre, tendo em conta que o contrato de publicidade com a Rádio Tágide tem o valor de 7.560,00€ e o celebrado com a Antena Livre tem o valor 11.232,00€). (III) Em caso negativo, ou seja, no caso de a v/proposta ter sido sujeita a negociação, qual o valor da proposta inicialmente apresentada pela v/ Rádio. (IV) Finalmente, tendo o contrato sido aprovado na reunião da câmara de 28/11/2011, quando foi o mesmo assinado pelos vossos representantes.»

Em resposta, recebemos, no dia 14/12/2011, a seguinte informação da Rádio Tágide (DOC.2):

«Vem a Rádio Tágide por este meio responder ao pedido de informações por V/ solicitado.

Handwritten signature and initials, possibly 'C1' and 'AS7'.

A direcção desta estação emissora não apresentou qualquer proposta de contrato de publicidade para celebrar com a entidade Câmara Municipal de Abrantes.

Os valores e as condições contratuais foram-nos apresentados pela autarquia, numa lógica de, ao que nos foi assegurado pela Presidente da Câmara, Dr^a Maria do Céu Albuquerque, "igualar" os valores dos contratos a celebrar entre as duas rádios com sede no concelho.

O valor indicado pela autarquia à Rádio Tágide foi de 8 400 euros/ano mais IVA, a pagar em 12 prestações, em contrato válido por 3 anos. Uma verba que não corresponde ao valor apresentado pela Sr^a Presidente em reunião de Câmara de 28 de Novembro de 2011.

A Rádio Tágide não teve conhecimento da forma como o contrato foi celebrado com a outra estação emissora, se por iniciativa da autarquia, se por proposta da Antena Livre.

A Rádio Tágide sente-se incomodada, enganada e discriminada pela diferença dos valores contratuais e exige uma explicação cabal para a diferença de tratamento, para além de querer ser ressarcida do diferencial da verba recebida pelas duas Rádios, desde que o contrato está em vigor.

O contrato teve início a 26 de Outubro de 2010, tendo sido assinado pelo Presidente e Vice Presidente da Rádio Tágide, Fernando Siborro e Américo Garcia, pela Presidente da autarquia, Maria do Céu Albuquerque, e pelo Oficial Publico, Maria Lucília de Oliveira Pereira.

Somos, cordialmente

Américo Garcia Lopes, Vice Presidente da Rádio Tágide, Cooperativa de Rádio, Cultura e Recreio, CRL»

Pensamos que esta resposta é suficientemente esclarecedora para quem ainda tivesse algumas dúvidas.

Sendo certo que não se compreende que os socialistas tenham tantas certezas relativamente às recentes nomeações para a EDP quando revelam tanta candura e inocência, num caso bem mais evidente, até porque as suspeitas têm raízes mais

01
ABT

fundas.

Aconselhamos a este propósito a leitura da participação do inspector do Ambiente e o despacho de arquivamento relativamente ao processo nº 434/05.4TAABT.

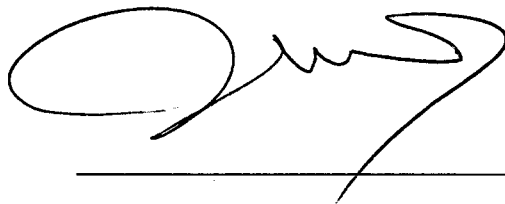
Pelo exposto, e porque nos parece que a presente contratação enferma de graves irregularidades e/ou ilícitos, os vereadores eleitos pelo PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

O processo deverá ser enviado ao Ministério Público para investigação e à Inspeção-Geral da Administração Local para averiguação.

Mais propõem que seja paga à Rádio Tágide a diferença relativa ao contrato com a Antena Livre, tendo em conta que lhe foi garantido pela senhora presidente da câmara que os contratos com as duas rádios seriam absolutamente iguais.

JUNTAM: Mail (DOC.1) e carta da Rádio Tágide (DOC.2).

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

= 2021 =
[Handwritten signature]

Santana-Maia

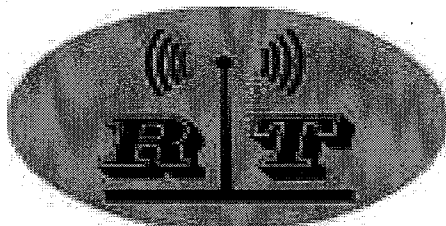
De: "Santana-Maia" <santana-maia.psd@live.com.pt>
Data: terça-feira, 13 de Dezembro de 2011 06:55
Para: "Rádio Tágide" <radio.tagide@iol.pt>
Assunto: Pedido de informação

Ex.mo Senhor
Américo Garcia Lopes,
director da Rádio Tágide

Em nome dos vereadores da Câmara Municipal de Abrantes eleitos pelo PSD, vinha solicitar-lhe as seguintes informações, no seguimento da proposta para aprovação dos contratos de publicidade com a Rádio Antena Livre e a Rádio Tágide, apresentada pela senhora presidente da câmara na reunião de 28/11/2011:

1. Se o contrato de publicidade com a Rádio Tágide no valor de 7.560,00€, **corresponde à proposta apresentada pela Rádio Tágide** à senhora presidente da câmara (ou a quem estivesse mandatado para tratar deste assunto).
2. Em caso afirmativo, em que consistia o serviço de publicidade solicitado à Rádio Tágide e se tem conhecimento se o serviço solicitado à Antena Livre foi idêntico (gostaríamos de perceber, designadamente, **por que razão a proposta apresentada pela v/ Rádio foi substancialmente mais baixa do que a apresentada pela Antena Livre**, tendo em conta que o contrato de publicidade com a Rádio Tágide tem o valor de 7.560,00€ e o celebrado com a Antena Livre tem o valor 11.232,00€).
3. Em caso negativo, ou seja, no caso de a v/proposta ter sido sujeita a negociação, **qual o valor da proposta inicialmente apresentada pela v/ Rádio**.
4. Finalmente, tendo o contrato sido aprovado na reunião da câmara de 28/11/2011, **quando foi o mesmo assinado pelos vossos representantes**.

Atenciosamente
Santana Maia



RÁDIO TÁGIDE 96.7

Cooperativa de Rádio, Cultura e
Recreio, CRL
Apartado 3
2206-906 Tramagal
Tlf: 241890616 Fax 241897169

Ex.mos Srs

Vereadores PSD CM Abrantes

DATA: 14 de Dezembro 2011

Assunto: Contrato de publicidade entre a Rádio Tágide e a CM Abrantes

Vem a Rádio Tágide por este meio responder ao pedido de informações por V/ solicitado.

A direcção desta estação emissora não apresentou qualquer proposta de contrato de publicidade para celebrar com a entidade Câmara Municipal de Abrantes.

Os valores e as condições contratuais foram-nos apresentados pela autarquia, numa lógica de, ao que nos foi assegurado pela Presidente da Câmara, Dr^a Maria do Céu Albuquerque, "igualar" os valores dos contratos a celebrar entre as duas rádios com sede no concelho.

O valor indicado pela autarquia à Rádio Tágide foi de 8 400 euros/ano mais IVA, a pagar em 12 prestações, em contrato válido por 3 anos. Uma verba que não corresponde ao valor apresentado pela Sr^a Presidente em reunião de Câmara de 28 de Novembro de 2011.

A Rádio Tágide não teve conhecimento da forma como o contrato foi celebrado com a outra estação emissora, se por iniciativa da autarquia, se por proposta da Antena Livre. A Rádio Tágide sente-se incomodada, enganada e discriminada pela diferença dos valores contratuais e exige uma explicação cabal para a diferença de tratamento, para além de querer ser ressarcida do diferencial da verba recebida pelas duas Rádios, desde que o contrato está em vigor.

O contrato teve início a 26 de Outubro de 2010, tendo sido assinado pelo Presidente e Vice Presidente da Rádio Tágide, Fernando Siborro e Américo Garcia, pela Presidente da autarquia, Maria do Céu Albuquerque, e pelo Oficial Publico, Maria Lucília de Oliveira Pereira.

Somos, cordialmente

Américo Garcia Lopes, Vice Presidente da Rádio Tágide, Cooperativa de Rádio,
Cultura e Recreio, CRL

= Doc. 2 =
[Handwritten signature]

Declaração de voto
contra a proposta do
PSD
6/2/2012

Jornais e rádios locais – contratos de publicidade

Decidiram os Srs. Vereadores eleitos pelo PSD, com a legitimidade democrática que lhes foi investida, voltar a apresentar mais uma proposta relativa à questão de contratação de publicidade por parte da Câmara Municipal de Abrantes.

Todos compreendemos as nobres razões que os movem, aliás justificadas pelos próprios no documento que foi entregue à Câmara:

“Os vereadores eleitos pelo PSD, como deixaram expresso na sua declaração de voto, aceitam, obviamente, que a Câmara contrate com jornais e rádios locais de divulgação da sua publicidade institucional, desde que a contratação se reja por critérios objetivos, designadamente, periodicidade e melhor preço.”

Se estes critérios são válidos para a imprensa escrita, no caso concreto das rádios não se colocam, a periodicidade é a mesma e o melhor preço é o que está em vigor nas respetivas tabelas publicitárias.

Temos para nós que as rádios locais desempenham um papel fulcral em matéria de proteção civil, nomeadamente na ligação das entidades com várias responsabilidades às populações e a outros organismos. Já se provou em diversas circunstâncias que é um canal de comunicação insubstituível em situações de incêndios florestais, urbanos ou industriais; de cheias ribeirinhas ou acidentes rodo-ferroviários.

A questão do recurso ao microfone aberto permite a transmissão em tempo real de comunicados e a difusão de pontos de situação ao minuto, funcionando como um elo de ligação imprescindível entre as forças no terreno e as comunidades locais.

Esta função social das rádios locais é reconhecida e valorizada pela Câmara como um meio de comunicação de proximidade, daí que a contratação de publicidade às rádios se faça desde 2002.

Dizem ainda os Srs. Vereadores na sua proposta que *“Aceitam ainda, como deixaram expresso na sua declaração de voto, a contratação de publicidade com jornais e rádios locais, por forma a permitir a sua sobrevivência, desde que (I) os mesmos não sejam detidos por grandes grupos económicos ou médias empresas com fins lucrativos, (II) o critério seja equitativo e (III) os jornais e rádios cumpram os critérios mínimos de serviço público exigíveis num Estado de Direito democrático, o que significa ser um garante da liberdade de expressão e de informação, dando voz consequentemente, à pluralidade de posições e opiniões que caracterizam a sociedade abrantina e que estão refletidas, aliás, nos diferentes órgãos autárquicos.”*

Os Srs. Vereadores eleitos pelo PSD fazem referência às entidades titulares dos meios de comunicação, por a Antena Livre ser propriedade da Media On - Comunicação Social, Lda., enquanto a Tágide é uma Rádio Tágide - Cooperativa de Rádio, Cultura e Recreio CRL. Para a Câmara, as questões da propriedade ou da titularidade das duas rádios nunca foi valorizada, o que se pretendeu foi aproveitar a função social destes meios nas questões da proximidade. Pela sua agenda de cariz eminentemente regional, as rádios respondem às necessidades das populações com uma atenção redobrada àquilo que constitui a especificidade local.

Ora, ao contratualizar serviços de Publicidade, a Câmara Municipal de Abrantes pretende chegar às comunidades locais. Desde sempre, o objetivo foi reforçar a política de comunicação

CL

externa, de forma a aumentar a cobertura das atividades que se realizam sob a responsabilidade da autarquia.

Recordamos, que a eficácia externa da atividade municipal está prevista na lei e que a difusão pública das atividades municipais se tem revelado de grande importância, de forma a chegar às comunidades locais e também regionais, já que em matéria de atividades culturais, desportivas e outras, o público-alvo é mais abrangente, como se deseja, nomeadamente junto da população que reside no Médio Tejo.

Mais uma vez, cumpre-nos salientar que a Câmara Municipal de Abrantes não tem, nem pretende ter, qualquer influência editorial junto dos órgãos de comunicação social com quem contratualiza.

Aliás, a Lei n.º 54/2010, que regula o acesso à atividade de radiodifusão sonora é bem explícita a esse respeito quando, nos seus artigos 29º e 40º que transcrevemos, se refere à Autonomia dos operadores¹ e Publicidade e patrocínio², respetivamente.

Ao celebrarmos contratos com as duas rádios, baseámo-nos nas tabelas publicitárias em vigor. Igualar os valores dos contratos, como defende a proposta do PSD, seria equivalente a transformar o contrato de publicidade que temos em vigor num subsídio. Isso sim, seria ilegal. E acreditamos que se assim fosse, os Srs. Vereadores do PSD estariam agora a acusar a Câmara de não respeitar os princípios gerais da atividade administrativa (legalidade, transparência e interesse público).

Com efeito, os subsídios carecem de suporte legal, no caso não previsto no artigo 64º da Lei 169/99 de 18/9, na redação da Lei nº 5-A/2002³ de 11/1. Também não têm enquadramento nos incentivos públicos permitidos ao Estado ao abrigo do artigo 13º da Lei 54/2010⁴ de 24/12.

¹ Artigo 29.º

Autonomia dos operadores

1 — A liberdade de expressão do pensamento através da actividade de rádio integra o direito fundamental dos cidadãos a uma informação livre e pluralista, essencial à democracia e ao desenvolvimento social e económico do País.

2 — Salvo os casos previstos na presente lei, o exercício da actividade de rádio assenta na liberdade de programação, não podendo a Administração Pública ou qualquer órgão de soberania, com excepção dos tribunais, impedir, condicionar ou impor a difusão de quaisquer programas.

² Artigo 40.º

Publicidade e patrocínio

1 — A publicidade radiofónica rege -se pelo disposto no Código da Publicidade, com as especialidades previstas nos números seguintes.

2 — A inserção de publicidade não pode afectar a integridade dos programas, devendo ter em conta as suas pausas próprias, duração e natureza.

3 — A difusão de materiais publicitários não deve ocupar, diariamente, mais de 20 % do tempo total da emissão dos serviços de programas licenciados.

4 — Os espaços de programação patrocinados devem incluir, necessariamente no seu início, a menção expressa desse facto.

5 — O conteúdo e a programação de uma emissão patrocinada não podem, em caso algum, ser influenciados pelo patrocinador, de forma a afectar a responsabilidade e a independência editorial do operador de rádio ou dos respectivos directores.

6 — Os conteúdos dos programas patrocinados não podem incitar à compra ou locação dos bens ou serviços do patrocinador ou de terceiros, especialmente através de referências promocionais específicas a tais bens ou serviços.

7 — Os serviços noticiosos e os programas de informação política não podem ser patrocinados

³ Artigo 64.º

Competências

1 - Compete à câmara municipal no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente:

- a) Elaborar e aprovar o regimento;
- b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;
- c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros;
- d) Deliberar sobre a locação e aquisição de bens móveis e serviços, nos termos da lei;
- e) Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos da lei;
- f) Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública;
- g) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização do órgão deliberativo, bens imóveis de valor superior ao da alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respectiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em efectividade de funções;
- h) Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário;
- i) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados e das empresas públicas municipais, assim como os representantes do município nos órgãos de outras empresas, cooperativas, fundações ou entidades em que o mesmo detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado;
- j) Fixar as tarifas e os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;
- l) Apoiar ou comparticipar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei;
- m) Organizar e gerir os transportes escolares;
- n) Resolver, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios que lhe sejam apresentados de todas as deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;
- o) Deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outro, a instituições legalmente constituídas pelos funcionários do município, tendo por objecto o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas;
- p) Deliberar sobre a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelo município ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares;
- q) Aprovar os projectos, programas de concurso, caderno de encargos e a adjudicação relativamente a obras e aquisição de bens e serviços;
- r) Dar cumprimento, no que lhe diz respeito, ao Estatuto do Direito de Oposição;
- s) Deliberar sobre a administração de águas públicas sob sua jurisdição;
- t) Promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do município;
- u) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos;
- v) Estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
- x) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável;
- z) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais nocivos;
- aa) Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos fixados na lei geral e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
- bb) Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do município.

2 - Compete à câmara municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento:

- a) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os planos necessários à realização das atribuições municipais;
- b) Participar, com outras entidades, no planeamento que directamente se relacione com as atribuições e competências municipais, emitindo parecer para submissão a deliberação da assembleia municipal;
- c) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta de orçamento e as respectivas revisões;
- d) Executar as opções do plano e orçamentos aprovados, bem como aprovar as suas alterações;
- e) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;
- f) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal;
- g) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei;
- h) Colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central;
- i) Designar os representantes do município nos conselhos locais, nos termos da lei;
- j) Criar ou participar em associações de desenvolvimento regional e de desenvolvimento do meio rural;
- l) Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades artesanais, de manifestações etnográficas e a realização de

cl

Já os contratos de publicidade têm enquadramento no patrocínio de pessoa singular ou coletiva pública, para financiamento de serviços de programas de rádio, ou dos seus programas, com o intuito de promover o seu nome, marca, imagem, atividade ou produtos. Quanto às autarquias, a que está vedado o acesso ao exercício de atividade de rádio (art.º 16º,

eventos relacionados com a actividade económica de interesse municipal;

m) Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal.

3 - Compete à câmara municipal no âmbito consultivo:

a) Emitir parecer, nos casos e nos termos previstos na lei, sobre projectos de obras não sujeitas a licenciamento municipal;

b) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nos casos estabelecidos por lei.

4 - Compete à câmara municipal no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal:

a) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;

b) Apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

c) Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal;

d) Deliberar em matéria de acção social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes;

e) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nos termos definidos por lei;

f) Deliberar sobre a participação do município em projectos e acções de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

5 - Compete à câmara municipal, em matéria de licenciamento e fiscalização:

a) Conceder licenças nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para construção, reedificação, utilização, conservação ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;

b) Realizar vistorias e executar, de forma exclusiva ou participada, a actividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos;

c) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;

d) Emitir licenças, matrículas, livretes e transferências de propriedade e respectivos averbamentos e proceder a exames, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos.

6 - Compete à câmara municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos:

a) Apresentar à assembleia municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.os 2 a 4 do artigo 53.º;

b) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias;

c) Propor à assembleia municipal a concretização de delegação de parte das competências da câmara nas freguesias que nisso tenham interesse, de acordo com o disposto no artigo 66.º;

d) Propor à assembleia municipal a realização de referendos locais.

7 - Compete ainda à câmara municipal:

a) Elaborar e aprovar posturas e regulamentos em matérias da sua competência exclusiva;

b) Administrar o domínio público municipal, nos termos da lei;

c) Propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação;

d) Exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município.

8 - As nomeações a que se refere a alínea i) do n.º 1 são feitas de entre membros da câmara municipal ou de entre cidadãos que não sejam membros dos órgãos municipais.

9 - A alienação de bens e valores artísticos do património do município é objecto de legislação especial.

⁴ Artigo 13.º

Incentivos públicos

1 - Tendo em vista assegurar a possibilidade de expressão e de confronto das diversas correntes de opinião, o Estado organiza um sistema de incentivos à actividade de rádio de âmbito local, previsto em lei própria.

2 - A atribuição dos incentivos e dos apoios previstos no número anterior obedece, sob pena de nulidade, aos princípios da publicidade, da objectividade, da não discriminação e da proporcionalidade.

2 da Lei 54/2010⁵), podem obter espaço de publicidade, mas contendo-se também dentro das regras de aquisição de serviços próprias da contratação pública. E o pressuposto básico é o da existência de um preço de serviço que é sujeito à concorrência, mas que também é critério de escolha de procedimento de aquisição, naturalmente sujeito aos princípios da transparência e igualdade, quanto às entidades públicas.

No caso, antes da elaboração dos contratos publicitários foram mantidas diversas reuniões com os responsáveis de ambas as rádios.

Numa fase inicial, a Tágide, de facto, não apresentou formalmente qualquer proposta à Câmara, mas as condições do contrato foram discutidas e os valores foram acertados de acordo com a tabela publicitária em vigor. A Câmara contratou a passagem de 14 spots diários à Rádio Tágide bem como um espaço de difusão/informação das iniciativas de carácter municipal com periodicidade semanal e com a duração aproximada de 15 minutos.

Em Outubro de 2010 foi assinado um contrato no valor de 8 400,00 euros/ano, que sofreu este ano uma redução de 10%, por imposição do Orçamento de Estado⁶.

Estes contratos publicitários foram estabelecidos no âmbito da legislação em vigor e divulgados em Portal próprio e a sua assinatura por parte da direção da Rádio Tágide – Cooperativa de Rádio Cultura e Recreio, CRL, em 26 de Outubro de 2010, nas pessoas de Fernando José Siborro de Azevedo e Américo Garcia Lopes, atesta que as condições propostas pela Câmara Municipal de Abrantes foram aceites.

Não tendo chegado à Câmara qualquer reclamação por parte da instituição ou dos signatários do contrato, escusamo-nos a tecer comentários sobre o teor do e-mail alegadamente enviado pela Rádio Tágide aos Srs. Vereadores eleitos pelo PSD em 14 de Dezembro de 2011.

Tendo em conta o exposto, gostaríamos de saber de que forma é possível dar resposta à pretensão apresentada pelos Srs. Vereadores quando *“propõem que seja paga à Rádio Tágide a diferença relativa ao contrato com a Antena Livre, tendo em conta que lhe foi garantido pela Senhora Presidente da Câmara que os contratos seriam absolutamente iguais”*, sem que venhamos a ser novamente acusados de favorecimento ilícito de uma das partes.

⁵ Artigo 16.º

Restrições

1 - A actividade de rádio não pode ser exercida ou financiada, directa ou indirectamente, por partidos ou associações políticas, organizações sindicais, patronais ou profissionais, associações públicas profissionais, salvo se aquela actividade for exclusivamente exercida através da Internet e consista na organização de serviços de programas de natureza doutrinária, institucional ou científica.

2 - Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, a actividade de rádio não pode ser exercida pelo Estado, pelas regiões autónomas, por autarquias locais ou suas associações, directamente ou através de institutos públicos, empresas públicas estaduais ou regionais, empresas municipais, intermunicipais ou metropolitanas, salvo se aquela actividade for exclusivamente exercida através da Internet e consista na organização de serviços de programas de natureza institucional ou científica.

⁶ Nos termos da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Lei do Orçamento de Estado para 2011, nomeadamente, do seu art.º 22º, os contratos de aquisição de serviços, que venham a celebrar-se ou renovar-se em 2011, com idêntico objeto e a mesma contraparte, estão sujeitos a aplicação de redução remuneratória nos seguintes termos:

- 3,5% sobre o valor total superior a 1.500,00€ e inferior a 2.000,00€;
- 3,5% sobre o valor de 2.000,00€, acrescido de 16% sobre o valor total que exceda os 2.000,00€;
- 10% sobre o valor total quando superior a 4.165€.

Q1

AS7

Eventualmente, a melhor forma de lidar com a reivindicação dos Srs. Vereadores pode passar por ponderar a cessação imediata de todos os contratos de publicidade, situação que estamos a analisar em conjunto com o Gabinete de Comunicação e os Serviços Jurídicos.

A ser assim, garantimos à partida a igualdade no tratamento com todos os órgãos de comunicação. E esperamos conseguir, por fim, o acordo e a satisfação das exigências dos Srs. Vereadores eleitos pelo PSD.

MUNICÍPIO DE ABRANTES

Data : 01/02/2012

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/02/06

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDÊNCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tipo	Número	Data	Tipo	Número			Número	Tipo	Data
08.01	01000885	2008/05/15	RELEV	09002365	2009/12/22	LEONEL DO CARMO GOMES ROTEIROM DR. LAURA ALVES, Nº 4, LT 33 8ºD	reconstrução moradia Cabeça Gorda	12000035	DES 2012/01/26 T E O R
04.01	04001043	2008/05/13	PROBILIC	09001146	2009/06/25	CARLOS MASCATE ROSA TRAVESSA D. JOANA, 3 CASA BRANCA	construção moradia TRAVESSA DA FIDELIDADE, Nº 2 CASA BRANCA	12000042	DES 2012/01/30 T E O R
04.01	09000024	2009/01/22	RJE	09000660	2009/04/08	FERNANDO MANUEL DUARTE ALVES RUA DOS COMENDANTES DA GRANDE GUERRA, 82 SÃO FACUNDO	construção moradia SÃO FACUNDO	12000038	DES 2012/01/26 T E O R
06.01	09000147	2009/04/13	RJE	09000927	2009/05/21	SOMIA PATRICIA DIAS RODRIGUES RUA GENERAL GODINHO Nº 51 CMM0015689	ampliação moradia Rua Miguel Bombarda, n.º 16 Rossio ao Sul do Tejo	12000047	DES 2012/01/31 T E O R
04.04	09000261	2009/06/19	LICOB	09001118	2009/06/19	GONCALO NUNO SOARES VICENTE RUA DO FERNANDO Nº 4 CMM0016608	construção moradia Rua 25 de Abril Ribeira do Fernando	12000044	DES 2012/01/31 T E O R
06.01	09000556	2009/11/11	LICOB	09002139	2009/11/11	MARIA PEDRO RAMOS GONCALVES RUA DA FORTALEZA, N.º 657 MARTINCHEL	alteração moradia RUA DA FORTALEZA, N.º 157 MARTINCHEL	12000037	DES 2012/01/26 T E O R
04.01	10000024	2010/01/18	LICOB	10000084	2010/01/18	JOAQUIM INOCENCIO PRASADO RUA LAURA ALVES Nº 5 2.ºBSQ CMM0011528	construção anexo RUA D. DINIS ALVESA	12000036	DES 2012/01/26 T E O R
2012.01.25:Deferido nos termos propostos.									

*** processado por computador ***
*** sistemas interajõe ***

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 01/02/2012

Folha : 2

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/02/06

[illegible]

*** processado por computador ***
*** sistemas InforJue ***